

Desigualdade recua, apesar do PIB baixo

Em 2004, renda dos mais pobres subiu 14,1%, em 'velocidade chinesa'; no mesmo ano, o rendimento dos mais ricos aumentou 3,5%

Bolsa-Família e benefícios previdenciários compensar as perdas no mercado de trabalho e elevam ganho das camadas mais baixas

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

Os programas de transferência de renda como o Bolsa-Família e os benefícios da Previdência proporcionaram um aumento de 0,73% ao ano na renda dos mais pobres de 1995 a 2004. O fato criou o paradoxo brasileiro de melhorar a desigualdade com baixo crescimento, já que a renda média caiu 0,63% ao ano e o PIB subiu apenas 2,4% ao ano no período.

A conclusão é do estudo "Crescimento Pró-Pobre: O Paradoxo Brasileiro", realizado em parceria pelo Centro de Política Sociais da FGV e o International Poverty Centre, instituição ligada à ONU.

Pelos dados divulgados ontem, porém, a renda dos mais pobres só fez crescer, embalada não pela melhora do mercado de trabalho para essa camada da população, mas sim pelo aumento do acesso aos programas sociais e aposentadorias.

A renda dos pobres subiu 14,1% em 2004, numa "velocidade chinesa", segundo o economista Marcelo Neri, co-autor do estudo e chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV. Naquele ano, o rendimento dos mais ricos aumentou 3,56%.

Na média de 1995 a 2004, a renda dos mais pobres oriunda exclusivamente do trabalho (cerca de 2/3 do total) caiu 0,60%, numa proporção menor do que a retração do rendimento do trabalho dos mais ricos -1,17%. O que fez a renda dos mais pobres crescer, portanto, foi o rendimento proveniente de outras fontes -alta de 1,33%- que incluem programas de transferência e benefícios sociais.

Os dados do trabalho revelam ainda a queda da desigualdade e sua contribuição no aumento do rendimento dos mais pobres.

Em todo o período analisado (1995-2004), ela caiu 1,36% ao ano. A redução, no entanto, ficou bastante concentrada no período de 2001 a 2004 -queda de 4,42%.

Para o indiano Nanak Kakwani, diretor do Poverty Centre, o Brasil constitui um "caso inédito" de melhora da equidade num cenário de baixo crescimento econômico, contrariando a experiência mundial e a literatura especializada em pobreza (que diz que ela só cai com expansão do PIB).

"O crescimento é a melhor maneira de reduzir a pobreza, mas aqui no Brasil vejo o contrário: o crescimento econômico é negativo [o que não é fato na média de 1995 a 2004] e mesmo assim há redução da pobreza", disse Kakwani.

Para Marcelo Neri, tal distorção é fruto da "opção do país" por crescer menos com estabilidade e distribuição de renda, que, embora ainda bastante distante da média mundial, nunca avançou tanto como nos últimos anos.

Opção pelos pobres

O que o estudo não revela, porém, é que tal opção causou mais gasto público e consequentemente juros e carga de tributos maiores e menor crescimento do PIB, avalia Neri.

"O Estado brasileiro começou a gastar mais principalmente com os mais pobres. Is-

so, por um lado, explica o aumento da renda dos pobres, mas talvez por outro explique o aumento da carga tributária, que, por sua vez, ajuda a explicar por que o Brasil está crescendo menos. O Brasil fez uma opção pelos mais pobres. E, em vez de estabilidade e crescimento, o Brasil fez uma opção por estabilidade e redistribuição [de renda]. E está reescrevendo a sua história de desigualdade crônica."

Desigualdade cai menos em grandes cidades

DA SUCURSAL DO RIO

Nas seis maiores metrópoles do país (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre), a queda da desigualdade sofreu uma desaceleração em 2005, segundo o estudo da FGV e do Internacional Poverty Centre.

Desde 2002, a parcela dos 10% mais ricos perdia participação na renda total, ante aumento da fatia apropriada pelos 50% mais pobres. Esse processo sofreu uma reduzida no ano passado.

O percentual da renda apropriada pelos 50% mais pobres era de 10,7% em outubro de 2002. Passou para 12% em igual mês de 2004 e para 12,24% em 2005, num ritmo menor de desconcentração.

Já a participação dos 10% mais ricos na renda total do trabalho estava em 50,1% em outubro de 2002. Esse percentual caiu para 47,27% no mesmo mês de 2004. Em outubro de 2005, atingiu 46,31%.

No ano passado, os ricos continuaram a perder terreno, mas agora mais para a parcela dos 40% intermediários, que ganhou participação no total de rendimento —de 40,74% em outubro de 2004 para 41,45% um ano depois.

Para Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, o aumento do salário mínimo, que era importante instrumento de redução da desigualdade, já não mais se mostra tão eficaz, o que indica que esteja próximo do seu valor máximo considerando as restrições do mercado de trabalho.



Família beneficiada pelo Bolsa-Família em São Francisco do Conde (BA); acesso a programas sociais eleva renda dos mais pobres

POBRES DIMINUEM DISTÂNCIA DOS MAIS RICOS

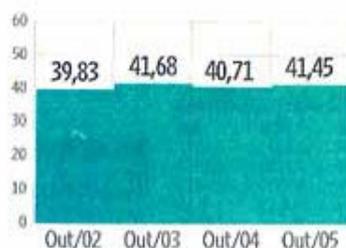
Cresce participação dos pobres na renda

Parcela da renda domiciliar per capita do trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas do país apropriada pelos 10% mais ricos, 40% na faixa intermediária e 50% mais pobres, em %*

50% mais pobres



40% da faixa intermediária

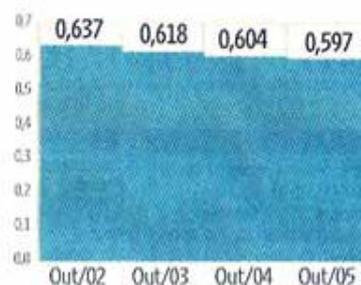


10% mais ricos



Desigualdade

Índice de Gini da renda domiciliar do trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas do país**



*Dados compilados pela FGV a partir da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. **Índice de 0 a 1, quanto maior, mais alta é a concentração de renda. Fonte: FGV, a partir de dados do IBGE